

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2006

## I INTRODUÇÃO

Analisando o conjunto da documentação em que assentam as contas do Município de Guimarães referentes ao ano de 2006 podemos afirmar que, comparando com 2005, a situação financeira registou uma significativa evolução positiva demonstrativa de uma gestão que, sem colocar em causa a concretização dos investimentos fundamentais para a promoção do desenvolvimento e coesão do Concelho, teve em consideração os recursos financeiros expectáveis, procurando consolidar uma situação financeira equilibrada.

Da mesma forma, foi assegurada a realização das despesas correntes necessárias ao funcionamento pleno dos equipamentos colectivos e a prestação de serviços públicos com o nível de qualidade compatível com os mais elevados graus de exigência.

Efectivamente, a situação financeira do País, na perspectiva dos recursos financeiros afectos à generalidade dos municípios, manteve o quadro de escassez, o que determinou a continuidade de uma estrita disciplina financeira, assente numa enorme contenção e controle de custos, e mantendo-se como limite para a realização de despesas, sempre que possível, a definição e afectação da receita necessária apenas no momento em que esta esteja assegurada, e não apenas prevista.

### 1. Linhas programáticas

No primeiro ano civil completo do mandato 2005/2009 procurámos lançar as bases para os investimentos consagrados no Plano Plurianual entretanto aprovado, com a intenção ali declarada de promover “a qualificação dos cidadãos e do território numa perspectiva integrada, sustentável, competitiva e atenta aos desafios colocados pela globalização e pela sociedade do conhecimento”.

No ano de 2006 manteve-se a forte contenção do investimento público, determinada pela obrigatoriedade do cumprimento do limite ao défice das contas públicas no quadro da União Europeia.

Deste modo, com uma rigorosa planificação das despesas e investimentos e com recurso a uma política de contenção e austeridade foi possível atingir-se um nível bastante satisfatório de execução orçamental, como adiante ficará demonstrado.

### 2. Actividades desenvolvidas

Pela leitura e análise do presente relatório fica claro que, mau grado o ambiente económico e financeiro francamente desfavorável, foi possível garantir as despesas e investimentos que consideramos fundamentais para assegurar a qualidade de vida dos cidadãos e a competitividade e dinâmica socio-económicas.

Assim, mantiveram-se os apoios aos transportes e refeitórios escolares, às juntas de freguesia, às instituições culturais e sociais com acção pública relevante. De igual modo, respeitaram-se os compromissos financeiros relacionados com as grandes realizações, com destaque para o Centro

Cultural Vila Flor, o Arranjo Urbanístico e Parque de Estacionamento da Mumadona e o novo Mercado Municipal.

## II EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

### 1. Execução orçamental

#### a) Receita

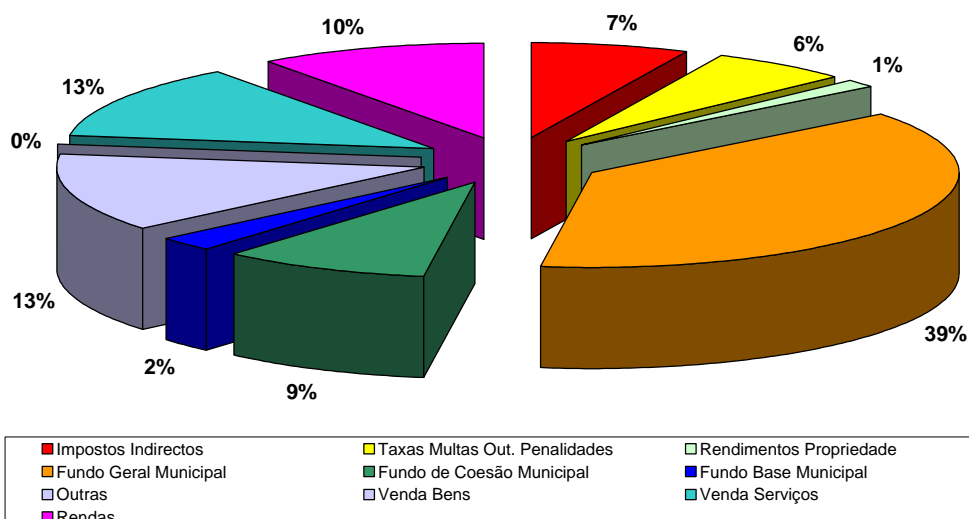
No capítulo da receita, a taxa de execução foi de 63,52%, valor atingido em função da boa execução das receitas correntes (83,93%), já que as receitas de capital apuradas até 31 de Dezembro se quedaram pelos 35,13% do orçamentado.

Apresenta-se o quadro evolutivo dos principais impostos e taxas municipais:

RECEITAS	2004	2005	2006
Imposto Municipal s/ Imóveis	8.155.779,80	9.990.719,95	11.335.632,41
Imposto s/ Veículos	1.434.565,86	1.541.849,20	1.773.998,36
Imposto Municipal s/ Transmissões	3.655.028,65	5.098.086,29	4.664.620,07
Derrama	3.491.625,61	2.443.161,71	2.237.908,44
Impostos Indirectos	1.859.563,74	1.983.569,10	1.915.481,66
Taxas Multas outras penalidades	2.076.953,43	2.053.503,07	1.672.802,22
<b>TOTAL</b>	<b>20.673.517,09</b>	<b>23.110.889,32</b>	<b>23.600.443,16</b>

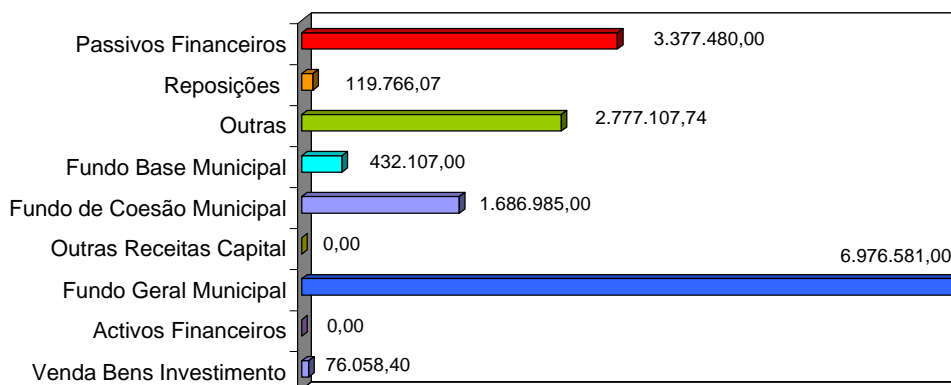
Valores em euros

### ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES



Mais uma vez, a receita corrente cobre e ultrapassa a despesa corrente, o que possibilitou a aplicação, em investimento, de mais de 9,5 milhões de euros provenientes de receitas correntes, numa demonstração inequívoca do equilíbrio e boa gestão das finanças autárquicas.

## ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL



### b) Despesa

No capítulo da despesa, a taxa de execução atingiu os 72,38%, com as despesas correntes a cumprir 87,78% do orçamentado, e as de capital 59,62%.

O aumento das despesas correntes continua a registar uma evolução muito moderada, cifrando-se, no ano em análise, em 2%. O seu volume global, contudo, é expressivo, em função da prestação de serviços públicos, em quantidade e qualidade, relacionadas, designadamente, com a recolha e tratamento dos lixos, com as aquisições de serviços relacionadas com os transportes escolares, com a aquisição de bens alimentares e combustíveis para as escolas e com as crescentes responsabilidades da Autarquia na gestão de equipamentos culturais, desportivos e escolares entretanto concluídos e a funcionar ou com a manutenção da qualidade ambiental.

A este respeito, e para vincar o impacto de alguns serviços à comunidade no orçamento municipal, atente-se, por exemplo, nos montantes dispendidos nas grandes áreas relacionadas com a Educação, em 2006:

Transportes escolares: €2.426.957,51;

Refeitórios escolares: €2.274.310,97;

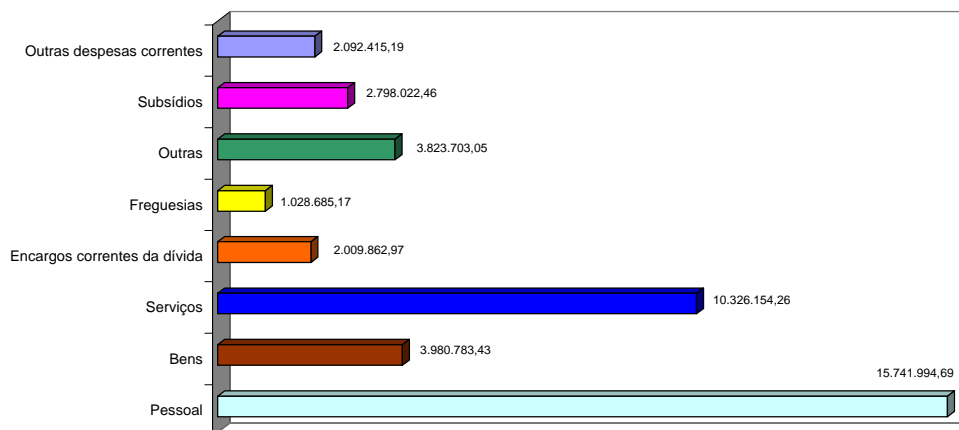
Construção, conservação e equipamento de edifícios escolares: €1.658.976,96.

Por outro lado, deve destacar-se que as despesas com pessoal se cifram em 37,6% das despesas correntes, representando 20,69% das despesas totais.

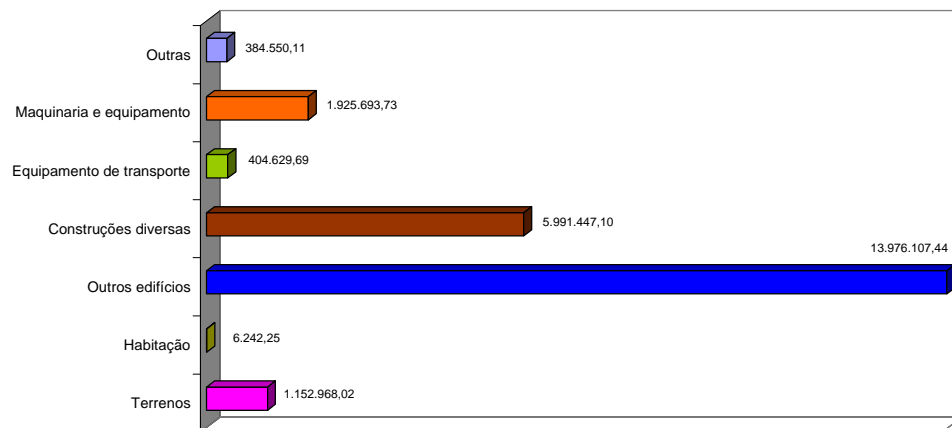
As despesas de capital foram absorvidas, em cerca de 23% pelo sector da Cultura, Desporto e Tempos Livres, especialmente em função do investimento ainda assumido em 2006 no Centro Cultural Vila Flor, que ascendeu aos 5,5 milhões de euros.

Como já se referiu, merecem igualmente nota de destaque os investimentos no Arranjo Urbanístico do Largo da Mumadona e Parque de Estacionamento (1,5 milhões de euros) e no novo Mercado Municipal (6,1 milhões de euros).

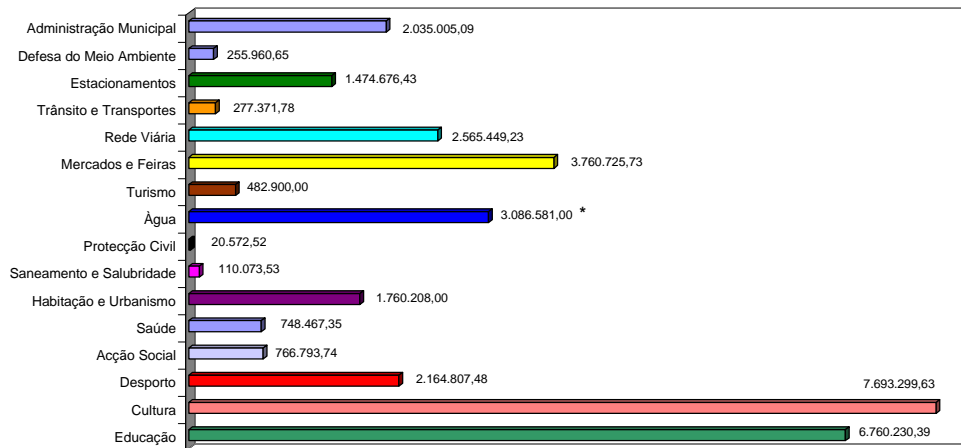
## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – DESPESAS CORRENTES



## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – INVESTIMENTO



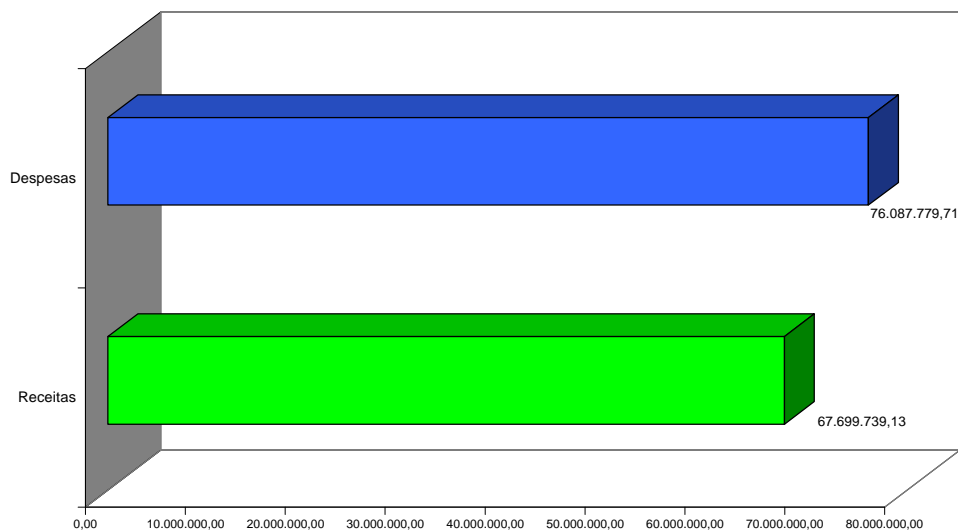
## 2. Execução das Grandes Opções do Plano



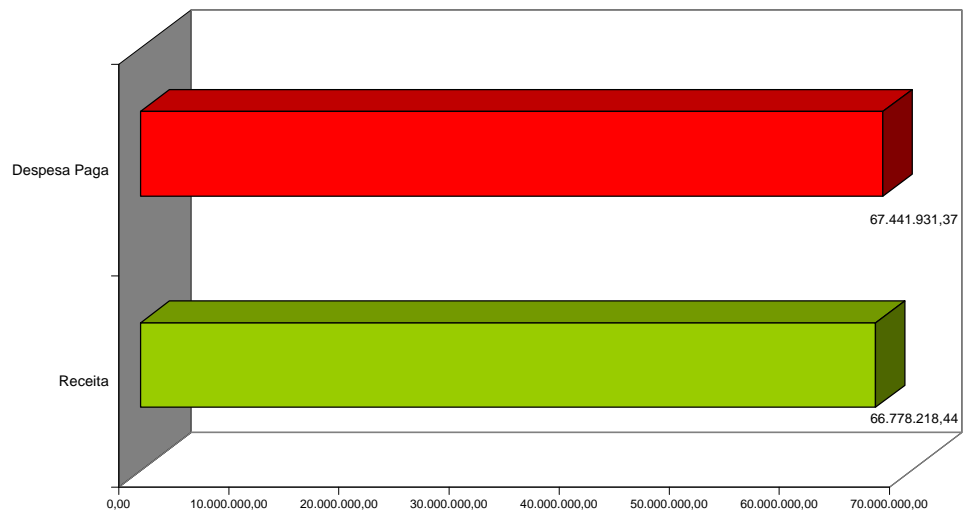
\* Os grandes investimentos nestas áreas são efectuados pela Vimágua, pela Águas do Ave e pela Amave.

## 3. Indicadores de natureza orçamental

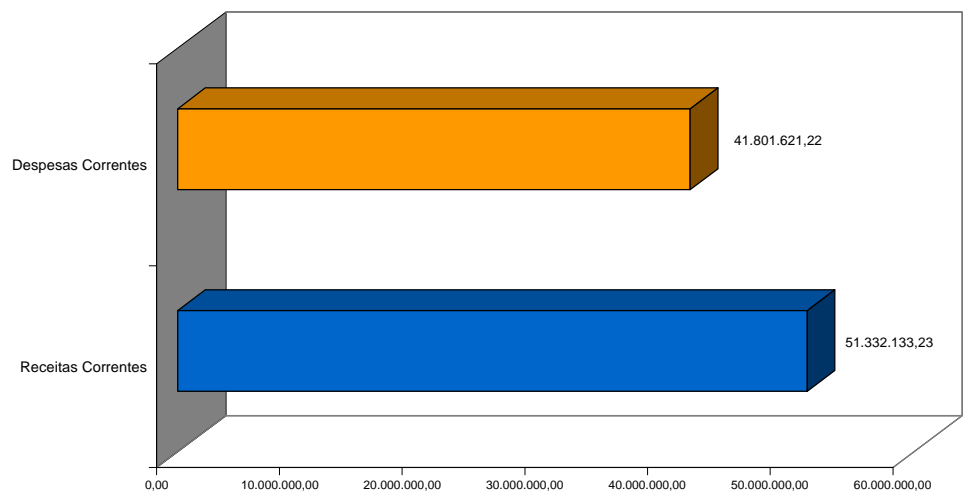
### 3.1 Receita total – Despesa total



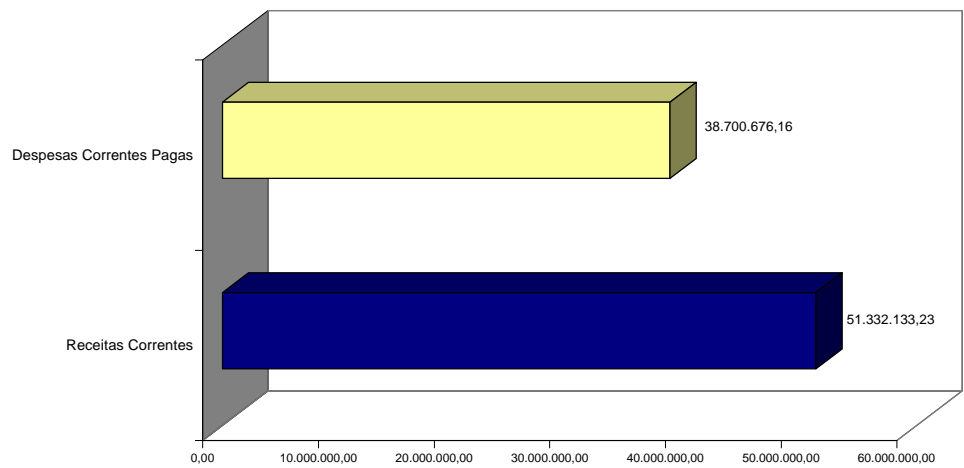
### 3.2 Receita – Despesa paga



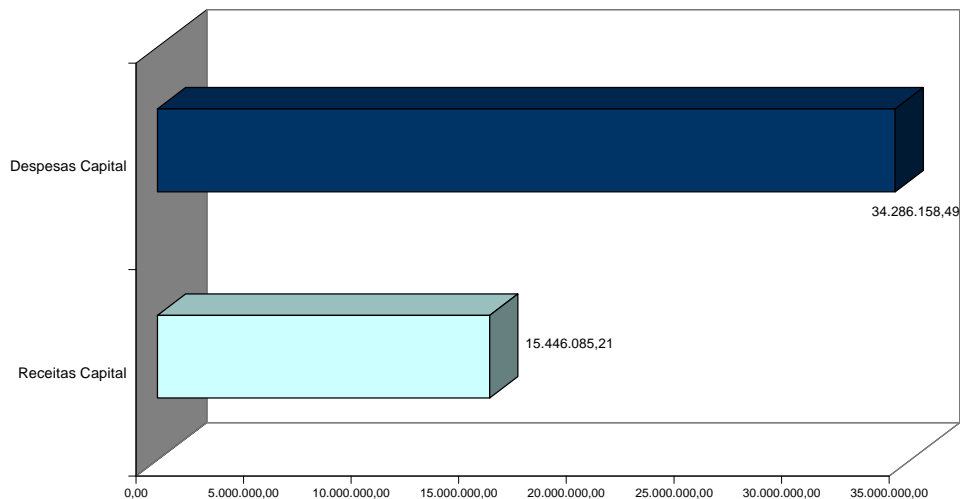
### 3.3 Receitas correntes – Despesas correntes



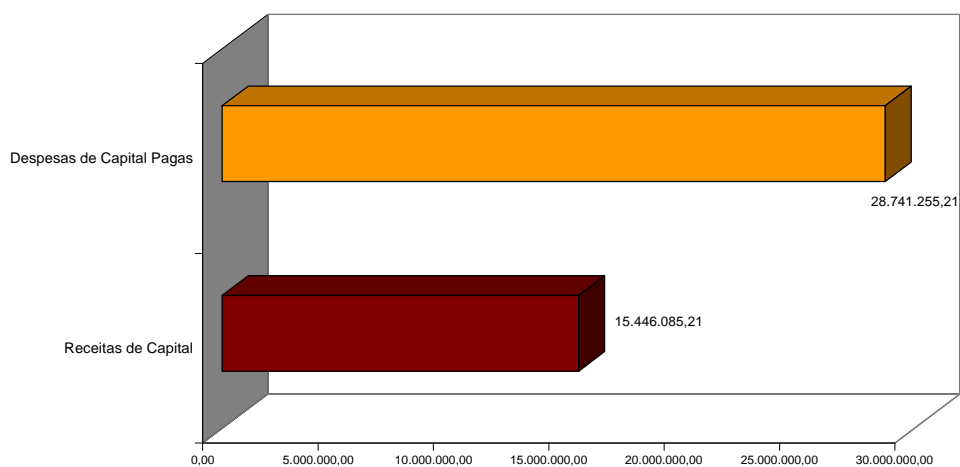
### 3.4 Receitas correntes – Despesas correntes pagas



### 3.5 Receitas de capital – Despesas de capital



### 3.6 Receitas de capital (recebidas no ano) – Despesas de capital (pagas no ano)



## III – SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Na análise do balanço, atendendo à especificidade dos Activos e Passivos Municipais, interessa realçar o adequado nível do endividamento de médio e longo prazo.

O total da dívida a fornecedores desceu de €13.286.304,03, em 2005, para os €7.157.510,55, dos quais €2.388.718,00 em conta corrente e €4.768.792,55 em imobilizado c/corrente.

De igual modo, a dívida a terceiros de curto prazo desceu de €14.698.724,93, em 2005, para €9.725.956,93, a que corresponde um decréscimo de 33,8%.

Por outro lado, o endividamento de médio e longo prazo decresceu para os €73.342.360,07, com prazos de pagamento de 20 anos. Os encargos financeiros do serviço desta dívida cifraram-se em €2.009.862,97, e o esforço de amortização do capital destes empréstimos em €4.285.988,60.

Assim, os índices do esforço anual originado pelos encargos financeiros e pelas amortizações de capital relativamente ao volume total da receita são de, respectivamente, 3% e 6,4%.

Estes indicadores colocam o Município de Guimarães numa situação financeira equilibrada, dotando-o de capacidade para contratar novos empréstimos ou assumir novas responsabilidades financeiras.

#### **IV – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

De harmonia com o disposto no ponto 2.7.3.1. do POCAL, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2006, no valor de €10.789.777,11 tenha a seguinte aplicação:

- . Reservas legais: €539.488,86;
- . Resultados transitados: €10.250.288,25.

## **V – PERSPECTIVA FUTURA**

Atendendo ao contexto económico de grande dificuldade em que decorreu todo o mandato 2002/2005, o ano de 2006 foi aproveitado para consolidar uma política restritiva, em termos de despesas, procurando o reequilíbrio financeiro das contas municipais, com o objectivo de criar um contexto positivo para o aproveitamento e potenciação dos recursos previstos no Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013.

Do mesmo modo, o ano em análise contribuiu substancialmente para colocar o Município em condições favoráveis para assumir as responsabilidades decorrentes da sua designação, pelo Governo Português, como Capital Europeia da Cultura 2012.

Guimarães, 19 de Março de 2007  
O Presidente da Câmara Municipal de Guimarães

---

(Dr. António Magalhães)